

21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville  
CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

**IC - Inquérito Civil nº 06.2015.00002882-4**

### **TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **Ministério Público do Estado de Santa Catarina**, representado neste ato pela Promotora de Justiça titular da **21ª Promotoria de Justiça de Joinville**, Simone Cristina Schultz Corrêa, com atuação na **CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS** e a pessoa física **NÉRI AGOSTINHO DA CRUZ**, inscrito no CPF n. 570.317.209-82, RG n. 3135-344 SC, com endereço na Rodovia Estrada Panaguamirim, poste 45, CEP 89234-100, Joinville, Santa Catarina, neste ato representado por Miguel Diógenes Poffo (fl. 137), OAB/SC 43.099,

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa dos interesses sociais, coletivos, difusos e individuais indisponíveis, sendo órgão encarregado para promover Inquérito Civil e Ação Civil Pública para a proteção do Meio Ambiente, conforme arts. 127 e 129, II, da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que o meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, foi erigido pelo art. 225 da Constituição Federal como um direito de todos;

**CONSIDERANDO** que o art. 2º da Lei nº 6.938, de 31 de agosto de 1981, que dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, considera o meio ambiente patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo, e aponta para a nação brasileira a diretriz da preservação, melhoria e recuperação

21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville

CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no país, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana;

**CONSIDERANDO** que para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem o risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

**CONSIDERANDO** que as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados (arts. 2º e 3º da Lei nº 9.605/98);

**CONSIDERANDO** o Inquérito Civil Público n.º 06.2015.00002882-4, em trâmite nesta 21ª Promotoria de Justiça de Joinville, sob a presidência da Promotora de Justiça signatária, que apura a prática da atividade de carcinicultura sem a devida licença ambiental, bem como a supressão de vegetação e retificação de curso d'água em área de preservação permanente, em imóvel situado na Rodovia Panaguamirim, s/n., bairro Panaguamirim, em Joinville, SC;

**CONSIDERANDO** o Termo de Embargo n. 1360 (4/3/2015), o Auto de Infração n. 3030 (17/3/2015) e o Relatório de Fiscalização n. 016/2015/CRN (16/3/2015), todos emitidos pela FATMA em desfavor de Claudemir Luz Trizotti, motivados pelo fato do antigo possuidor estar exercendo atividade de carcinicultura sem autorização dos órgãos ambientais, bem como por ter suprimido vegetação e retificado curso d'água em área de preservação permanente objetivando a construção dos tanques de cultivo (fls. 3-13);

**CONSIDERANDO** as informações constantes na Informação Técnica n. 050/2015/CRN, de que a atividade de carcinicultura é considerada potencialmente causadora de degradação ambiental (código 03.32.00, Resolução CONSEMA 013/2012, atualmente Resolução CONSEMA 98/2017);

21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville  
CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

**CONSIDERANDO** a Notícia de Infração Penal Ambiental n. 01.03.221/09-17, emitida pela Polícia Militar Ambiental, apontando que, embora não tenha ocorrido a recuperação da área degradada, no imóvel não se realiza mais atividade de carcinicultura;

**CONSIDERANDO** que consta na NIPA acima referida, que o curso d'água que sofreu intervenção possui menos de 10 metros de largura, bem como que para construção dos tanques de cultivo foram suprimidos 14.000 m² de vegetação caracterizada como restinga arbórea em estágio avançado de regeneração (fls. 81-87);

**CONSIDERANDO** que o Compromissário adquiriu o imóvel em 3/8/2015, mediante assinatura de contrato particular de compra e venda com Claudemir Luz Trizzoti (fls. 90-94);

**CONSIDERANDO** que o COMPROMISSÁRIO protocolou pedido de recuperação ambiental da área perante o Instituto de Meio Ambiente - IMA (antiga FATMA) em 25/1/2018 (protocolo 04283.2018.000003158), bem como que manifestou interesse na assinatura de Termo de Ajustamento de Conduta (fl. 136);

**CONSIDERANDO** que o IMA, através da Informação Técnica n. 242/2018/CRN, aduziu que *"a área apresenta viabilidade de ser recuperada, permitindo o restabelecimento das condições hidrológicas nas áreas de manguezal, lagoa 1 e o plantio de mudas nativas nas áreas de ocorrência de Florestal ombrófila Densa, lagoa 2"* (fl. 141-143);

**CONSIDERANDO** que a Lei 6.938/81, em seu art. 14, § 1º, estabelece a responsabilidade civil objetiva de risco integral por danos ambientais (independentemente da existência de culpa);

21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville  
CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

**CONSIDERANDO** que a responsabilidade pela reparação dos danos causados ao meio ambiente é imputada não apenas ao poluidor, mas também ao proprietário do imóvel degradado, uma vez que a obrigação é *propter rem* e, como tal, foi transferida ao COMPROMISSÁRIO no momento em que adquiriu o imóvel em questão;

**CONSIDERANDO** que os problemas ambientais existentes na área estão incluídos entre aqueles afetos ao controle do Meio Ambiente Natural;

**CONSIDERANDO** que as áreas que precisam ser recuperadas pelo COMPROMISSÁRIO exige a apresentação de Projeto de Recuperação de Área Degradada ao órgão ambiental competente e sua efetiva implementação;

**CONSIDERANDO**, pois, as funções institucionais do Ministério Público, dentre as quais se destaca a legitimação ativa para a defesa judicial e extrajudicial dos interesses relacionados à preservação do meio ambiente, para lavrar com os interessados Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta às exigências legais, prevista nos artigos 127 e 129, inciso II e III, ambos da Constituição Federal, no artigo 25, inciso IV, alínea "a", da Lei n. 8.625 e Lei Complementar Estadual n. 197/2000,

#### **RESOLVEM**

celebrar o presente Compromisso de Ajustamento de Conduta, com a permissão do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347, de 24-07-85, mediante os seguintes termos:

**Cláusula 1ª - O COMPROMISSÁRIO NÉRI AGOSTINHO DA CRUZ** compromete-se a comprovar documentalmente o protocolo dos documentos necessários para a adequação do Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD já protocolizado no IMA (Informação Técnica n. 983/2018), objetivando a recuperação total e definitiva da área degradada, devendo apresentar cópia do referido protocolo ao Ministério Público, no prazo de 60 (sessenta) dias;

**Parágrafo Primeiro - O COMPROMISSÁRIO NÉRI AGOSTINHO DA CRUZ** compromete-se a dar efetivo início às obras de execução do Projeto de Recuperação de Área Degradada – PRAD, dentro do cronograma previamente aprovado pelo IMA e mediante obtenção de todas as autorizações e licenças ambientais necessárias, apresentando comprovante técnico digitalizado nesta Promotoria de Justiça a cada etapa concluída;

**Cláusula 2ª.** O monitoramento do PRAD será realizado pelo órgão ambiental estadual pelo prazo que entender adequado para garantir a efetiva recuperação da área indevidamente degradada, período no qual o **COMPROMISSÁRIO NÉRI AGOSTINHO DA CRUZ** deverá apresentar relatórios periódicos ao referido órgão ambiental.

**Cláusula 3ª -** O Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, coletiva ou individual, de natureza civil, contra o **COMPROMISSÁRIO NÉRI AGOSTINHO DA CRUZ**, desde que cumpridos os itens ajustados.

**Cláusula 4ª -** O não cumprimento pelo **COMPROMISSÁRIO NÉRI AGOSTINHO DA CRUZ** das obrigações assumidas neste TAC, sem apresentação de justificativa ou pedido de dilação justificado, implicar-lhe-á no pagamento de multa no valor de R\$500,00 (quinhentos reais) diários por cada cláusula descumprida, que será revertido ao Fundo de Reconstituição de Bens Lesados, sem prejuízo de outras sanções cabíveis.

**Cláusula 5ª.** O cumprimento das obrigações ajustadas não dispensa o **COMPROMISSÁRIO NÉRI AGOSTINHO DA CRUZ** de satisfazer quaisquer exigências previstas em outras legislações, tampouco de cumprir qualquer imposição de ordem administrativa que diga respeito às normas ambientais correlatas, bem como ao processo de licenciamento ambiental referente às atividades e serviços desenvolvidos no local.

21ª Promotoria de Justiça da Comarca de Joinville  
CURADORIA DO MEIO AMBIENTE NATURAL E DEFESA DOS DIREITOS DOS ANIMAIS

Dito isto, por estarem as partes ajustadas e compromissadas, firmam o presente Termo em 3 vias, que terá eficácia de título executivo extrajudicial, tão logo homologado pelo Conselho Superior do Ministério Público.

Joinville, 01 de agosto de 2018.

*Assinado digitalmente*  
**Simone Cristina Schultz Corrêa**  
**Promotora de Justiça**

**COMPROMISSÁRIO**  
**NÉRI AGOSTINHO DA CRUZ**

R